

**SENADO FEDERAL**

Secretaria de Gestão de Pessoas
Coordenação-Geral de Saúde

Ofício nº 112/2025 – GBSEGP/SEGP

Brasília, 20 de maio de 2025.

À Senhora
Juliana Sá de Almeida
Agente de Contratação

Processo nº 00200.019742/2024-38

Assunto: **Manifestação ao pedido de impugnação enviado no âmbito do Pregão Eletrônico nº 90054/2025.**

Prezada Agente de Contratação,

Trata-se de impugnação interposta pela empresa **Maida Infoway Tecnologia e Gestão em Saúde Ltda.**, em face do Edital do Pregão Eletrônico nº 90054/2025, cujo objeto é a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de suporte à operação do plano de saúde do Senado Federal (SIS), no macroprocesso de Análise e Processamento de Contas.**

A impugnante alega, em síntese, que a **cláusula 2.3.8 do edital**, que **veda a participação da mesma empresa em múltiplos certames correlatos**, seria:

- desprovida de motivação técnica,
- contrária aos princípios da ampla concorrência, isonomia e proporcionalidade,
- e ilegal por restringir de forma genérica e imotivada a participação de interessados.

I- DA EXISTÊNCIA DE MOTIVAÇÃO TÉCNICA E JURÍDICA PARA A CLÁUSULA 2.3.8

A cláusula impugnada estabelece que a empresa vencedora deste certame não poderá participar de licitações futuras referentes a outros macroprocessos do SIS – notadamente Regulação, Credenciamento e Apoio Administrativo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria de Gestão de Pessoas
Coordenação-Geral de Saúde

A previsão impugnada foi objeto de análise pelo órgão jurídico competente (Advocacia do Senado Federal), nos termos do **Parecer nº 52/2025¹**, que concluiu pela sua legalidade, **em consonância com o entendimento técnico contido no item 2.5.2 do Termo de Referência.**, nos seguintes termos:

“Considerando a natureza do funcionamento deste tipo de operação, este Órgão Técnico entende ser vantajoso que os serviços concernentes a cada um desses editais sejam prestados por terceirizados diferentes, uma vez que trabalho realizado por uma empresa necessitará ser revisado e conferido pela outra empresa que dará continuidade ao mesmo serviço, criando um ambiente negocial de fiscalização recíproca.”

O núcleo da justificativa reside na **segregação de funções**, elemento central de boas práticas de governança pública, conforme previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021 e reforçado pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União. O objetivo é:

- **evitar conflitos de interesse** entre etapas interdependentes da operação,
- **preservar a integridade da cadeia de controle e auditoria**, especialmente no setor sensível da saúde suplementar,
- **e aumentar a confiabilidade dos dados auditados.**

A **segregação entre contratadas é medida de governança**, amplamente recomendada em contratações públicas complexas, e encontra amparo também no art. 11, §1º, inciso II da IN SEGES/ME nº 05/2017 (ainda utilizada subsidiariamente), e nos princípios da **eficiência, razoabilidade, economicidade e segurança jurídica.**

¹ NUP 00100.012401/2025-41





SENADO FEDERAL

Secretaria de Gestão de Pessoas
Coordenação-Geral de Saúde

II- DA LEGALIDADE E RAZOABILIDADE DA RESTRIÇÃO

A vedação não é genérica, mas delimitada a processos com escopo interdependente, e justificada pela necessidade de garantia da imparcialidade na análise, processamento e fiscalização das contas. A medida:

- a) não afasta potenciais concorrentes do mercado de maneira injustificada, pois cada empresa pode disputar um dos certames;
- b) não impede o aproveitamento de expertises distintas, desde que em contratos diferentes, conforme estruturado no modelo de governança da SEGP;
- c) não contraria a jurisprudência do TCU, muito pelo contrário, O TCU, em diversas decisões, tem admitido a legalidade de cláusulas restritivas, desde que devidamente **motivadas e fundamentadas no interesse público**, a exemplo dos Acórdãos:
 - **Acórdão nº 2.495/2016 – Plenário:** “[...] é possível impor restrições à ampla participação, desde que devidamente justificadas com base em critérios técnicos e jurídicos que demonstrem a necessidade para garantir a eficiência e o controle da execução contratual.”
 - **Acórdão nº 1.233/2012 – Plenário:** “[...] a Administração pode limitar a atuação de empresas, inclusive vedando cumulações de objetos em certames diversos, sempre que demonstrado o risco à eficiência, à fiscalização ou à segregação de funções.”
 - **Acórdão nº 2.660/2015 – Plenário:** destaca que “o princípio da ampla competitividade não é absoluto e deve ser ponderado com outros princípios e objetivos da contratação pública”.

III- DA BUSCA PELA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA

Ao assegurar a fiscalização cruzada entre prestadoras distintas, evita-se:

- a) eventuais fraudes operacionais,
- b) ocultação de erros técnicos, e
- c) riscos de colusão interna.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria de Gestão de Pessoas
Coordenação-Geral de Saúde

Assim, a vedação protege não apenas a integridade do serviço, mas também a proposta mais vantajosa à Administração Pública, que não se resume ao menor preço, mas sim ao melhor resultado no ciclo completo da contratação.

IV- CONCLUSÃO

Dessa forma, conclui-se que a cláusula impugnada está devidamente **motivada tecnicamente**, com base em fundamentos operacionais e de governança, observa os princípios da **isonomia, vantajosidade, transparência e eficiência**, conforme preconizado no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, encontra respaldo na **jurisprudência consolidada do TCU**, que admite restrições proporcionais à competitividade para resguardar a boa execução do contrato, além de ter sido objeto de **análise jurídica prévia**, com emissão do **Parecer nº 52/2025**, que endossa a legalidade do dispositivo.

Diante do exposto, e com fundamento no art. 164 da Lei nº 14.133/2021, este órgão técnico recomenda o **indeferimento** da impugnação apresentada, mantendo-se íntegras as disposições do Edital, especialmente a cláusula 2.3.8, por estarem devidamente motivadas, alinhadas aos princípios da Administração Pública e orientadas à mitigação de riscos operacionais e legais.

Respeitosamente,

(Assinado eletronicamente)

ALINE CRISTINA PINHEIRO DA SILVA

Auxiliar Parlamentar Júnior

Gabinete Administrativo da Secretaria de Gestão de Pessoas

(Assinado eletronicamente)

CARLA PEIXOTO VALLADARES

Assessora Técnica de Saúde da SEGP

